

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.576.822 - SP (2019/0262745-1)**

**RELATORA** : **MINISTRA NANCY ANDRIGHI**  
**AGRAVANTE** : **COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS**  
**ADVOGADOS** : **DENIS ATANAZIO - SP229058**  
                  **MARIA EMILIA GONÇALVES DE RUEDA - PE023748**  
**AGRAVADO** : **JOVINA LUIZA UNTERKIRCHER**  
**AGRAVADO** : **VIVIANE RODRIGUES CAMARGO**  
**AGRAVADO** : **SILMARA ZANETTA TEIXEIRA**  
**AGRAVADO** : **CINTIA APARECIDA DOMINGUES**  
**AGRAVADO** : **CICERO DOMINGOS DA SILVA**  
**AGRAVADO** : **ELAINE DA SILVA MACHADO**  
**ADVOGADO** : **LARISSA APARECIDA DE SOUSA PACHECO - SP355732**  
**INTERES.** : **SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS**  
**ADVOGADO** : **JOSE CARLOS VAN CLEEF DE ALMEIDA SANTOS -**  
                  **SP273843**

### **DECISÃO**

Cuida-se de agravo interposto pela COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS contra decisão que negou seguimento ao recurso especial.

Da análise dos autos, observa-se que, dentre outras questões, existe a discussão acerca da competência para julgamento de processos relativos a contrato de seguro habitacional vinculado ao Sistema Financeiro de Habitação, bem como acerca do interesse jurídico da Caixa Econômica Federal – CEF na lide.

Em 05/10/2018, o Plenário do Supremo Tribunal Federal, por maioria de votos, nos autos do RE 827.996/PR, reconheceu a existência de repercussão geral da matéria relativa a possível interesse jurídico da CEF nas ações que envolvem seguros de mútuo habitacional no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação.

Ressalte-se que o reconhecimento da repercussão geral sobre o tema influencia diretamente na discussão acerca da competência para processar e julgar os feitos desta natureza, tornando por ora inócua a apreciação, por esta Corte Superior, dos recursos que versam sobre a controvérsia.

Isso porque a definição acerca do interesse jurídico da CEF nas

# *Superior Tribunal de Justiça*

lides desta natureza e, via de consequência, da competência para o julgamento e processamento dos respectivos processos poderá implicar na nulidade de todos os atos processuais praticados pela Justiça Estadual ou Justiça Federal.

Destarte, por medida de economia processual, e também para evitar decisões dissonantes entre a Corte Suprema e este STJ, impõe-se a devolução dos autos – cuja questão é objeto de debate – à Corte local, para que lá aguardem o desfecho do recurso extraordinário cuja repercussão geral foi reconhecida.

Forte nessas razões, DETERMINO A DEVOLUÇÃO DOS AUTOS ao Tribunal de origem, com a devida baixa nesta Corte, para que lá permaneçam suspensos até a definição do Tema 1011 da repercussão geral pelo Supremo Tribunal Federal (RE 827.996/PR), após o que deverá ser observada a sistemática prevista nos arts. 1.039 e 1.040 do CPC/2015.

Por derradeiro, previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar a condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15, sem prejuízo de outras sanções processuais.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI  
Relatora